

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.734 - SP (2019/0298575-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : JOSE MARTINS DE MELO  
**ADVOGADO** : RODRIGO DE MIRANDA GRAÇA TÁVORA - SP207887  
**RECORRIDO** : FELIPE ALVES RANGHIERI  
**ADVOGADOS** : THAÍS DE ALBUQUERQUE E OUTRO(S) - SP331158  
EMERSON DE ALBUQUERQUE - SP346936  
**INTERES.** : CHARLES ALVES RANGHIERI  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUSPENSÃO DE CNH E PASSAPORTE E BLOQUEIO DE CARTÕES DE CRÉDITO. NÃO CABIMENTO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por José Martins de Melo, com fulcro no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pela Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 122):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. APLICAÇÃO DE MEDIDAS COERCITIVAS. SUSPENSÃO DA CNH, DO PASSAPORTE E DE TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO DO EXECUTADO. INADMISSIBILIDADE. PODER DISCRICIONÁRIO DO JUIZ LIMITADO PELOS PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS. MEDIDA QUE IMPLICARIA GRAVE RESTRIÇÃO A DIREITOS FUNDAMENTAIS DO EXECUTADO. ATO EVIDENTEMENTE DESPROPORCIONAL. INCERTEZA, ADEMAIS, SOBRE A EFICÁCIA DA MEDIDA. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

Nas razões do apelo especial, o insurgente indica divergência jurisprudencial e violação ao art. 139, IV, do CPC/2015.

Defende a possibilidade de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e do passaporte, bem como de bloqueio dos cartões de crédito da parte recorrida para compeli-la ao pagamento da dívida.

Contra-arrazoadado o feito (e-STJ, fls. 185-192), o recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 193-194), ascendendo os autos a esta Corte Superior.

Brevemente relatado, decido.

No caso, verifica-se que o Tribunal de origem reformou a decisão proferida pelo juízo de primeira instância, que havia suspenso a Carteira Nacional de Habilitação e o passaporte, bem como bloqueado os cartões de crédito da parte recorrida, conforme se extrai do excerto abaixo transcrito (e-STJ, fls. 123-124):

2. Cuida-se de recurso de agravo de instrumento interposto em ação indenizatória por danos morais em fase de cumprimento de sentença contra decisão interlocutória que deferiu pedido de bloqueio de todos os cartões de crédito, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e passaporte em nome do agravante.

Ressalvado o convencimento do D. Magistrado *a quo*, tenho que a decisão agravada não pode ser mantida, não obstante o cumprimento de sentença, no caso em apreço, se arraste há mais de dez anos.

Conquanto não se descure da necessária efetividade que se deve conferir à tutela jurisdicional executiva, e não obstante se compreenda o esforço empreendido pela parte exequente a fim de receber o seu crédito no valor histórico de R\$ 67.196,06, para julho de 2014 (fl. 55) -, o bloqueio da Carteira Nacional de Habilitação, do passaporte e de todos os cartões de crédito do executado constitui medida desarrazoada, que, ademais, não traduz qualquer garantia efetiva de que o débito virá a ser solvido.

Ainda que se considere que a vigência do artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil tenha ampliado os poderes do juiz no que se refere à aplicação de medidas para assegurar o cumprimento de ordem judicial, admitindo-se inclusive, eventualmente, as atípicas, não se pode olvidar que se trata de um poder discricionário do magistrado, limitado, por óbvio, pelos princípios do direito processual civil e pelas garantias individuais inscritos na Constituição.

Nesse sentido, as medidas deferidas exigem redobrada cautela em sua aplicação, porque implicam séria restrição ao direito fundamental de ir e vir do executado (artigo 5.º, inciso XV, da Constituição).

Nem há garantia de que a medida vá compeli-lo efetivamente ao adimplemento do débito. Não se vislumbra, no caso, a aventada relação de causa e efeito entre a aplicação da medida coercitiva pleiteada pelo credor e o pagamento da dívida.

Para reverter a conclusão do Tribunal de origem de que as medidas requeridas, além de serem desarrazoadas, não são capazes de garantir a satisfação efetiva do crédito, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que

# *Superior Tribunal de Justiça*

encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte, impedindo o conhecimento do recurso especial por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

Diante do exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator